

## Tradução e decolonialidade na América Latina

### *Translation and Decoloniality in Latin America*

Gilmei Francisco Fleck\*

Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE  
Cascavel, Paraná, Brasil

**Resumo:** Neste texto refletimos sobre o teor dos conceitos de colonialidade, descolonização e decolonialidade (DUSSEL, 1942, MINGNOLO 2017; CASTRO GÓMEZ; GROSFÖGEL, 2007) e seu trânsito na história da América. Nesse contexto, apontamos para a relevância que o conhecimento de línguas desempenhou desde o princípio da colonização (PAGANO, 2000). Destacamos, assim, o impacto dos serviços de interpretação prestados aos europeus por sujeitos bilíngues no processo de “conquista” da América e as consequências dessas ações às populações originárias (DEL POZO GONZÁLEZ, 2017). Apontamos, também, para o fato da eleição à tradução na América Latina de modelos literários europeus – como fonte de nutrição aos polissistemas literários nascentes (EVEN-ZOHAR, 1990). Isso deu seqüência à manutenção do cultivo das ideologias, tradições, hábitos e costumes europeus em terras americanas. Os diferentes sistemas políticos implementados na América Latina pós-colonialista foram, também, cerceadores da prática tradutória decolonial, causando, assim, o desconhecimento mútuo. Tal motivo leva-nos a defender a necessidade de uma prática tradutória decolonial, no âmbito acadêmico, que vise à descolonização das mentes, das identidades e do imaginário latino-americanos. Exemplos dessa ação decolonial (SALES SALVADOR; SPIVAK, 2006; VENUTI, 1995) são, por fim, apontados por nós neste texto, que parte de uma revisão bibliográfica pertinente aos conceitos-chave e aborda nossa própria prática tradutória.

**Palavras-chave:** Colonialidade. Descolonização. Decolonialidade. Prática tradutória decolonial. Ressignificações do passado.

**Abstract:** Along this text we reflect about the content of concepts such as coloniality, decolonization and decoloniality (DUSSEL, 1942, MINGNOLO 2017; CASTRO GÓMEZ; GROSFÖGEL, 2007) and their transit along the History of America. In this context we highlight the relevance that the knowledge of different languages developed since de beginning of the colonization (PAGANO, 2000). The impact of the interpreting services offered to the European by bilingual informants during the process of the “conquest” of America and the consequences of such actions to the native communities (DEL POZO GONZÁLEZ, 2017) are shown by us along this article. We also point out the fact of the election taken to translate in Latin America the European models of literary works – as sources that could feed their newborn literary polysystems (EVEN-ZOHAR, 1990). This action gave sequence to the cultivation of European ideologies, traditions, habits, and customs in American territories. The different political systems adopted in the postcolonial Latin America were also sorts of barriers to a decolonial translation practice, causing mutual unknowing among these countries. Such reasons lead us to defend the need of a decolonial translation practice in the academic environment, so that the decolonization of minds, identities, and the imaginary of Latin America can finally take place. Examples of such actions of decolonial translations (SALES SALVADOR, SPIVAK, 2006; VENUTI, 1995) are finally shown by us at the last part of this text, that start with a bibliographic revision about the main concepts and focus on our own translations practice.

**Keywords:** Coloniality. Decolonization. Decoloniality. Decolonial translation practice. Reframing of the past.

---

\* Pós-doutor (2015) em Literatura Comparada e Tradução, pela Universidade de Vigo-UVigo-Espanha, com Bolsa da CAPES/Brasil; Mestrado (2005) e Doutor (2008) em Letras, pela Universidade Estadual Paulista - UNESP/Assis-SP. Atualmente, é Professor associado da Unioeste/Cascavel-PR/Brasil, atuando nas áreas de Literaturas Hispânicas e Cultura Hispânica na Graduação em Letras. Atua, também, no Programa de Pós-graduação acadêmico em Letras da instituição, na área de Literatura Comparada e Tradução, e no Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional-Profletras, na área de Literatura Infantil e Juvenil. É Coordenador Geral do PELCA- Programa de Ensino de Literatura e Cultura – PROEX/Unioeste/Cascavel-PR. É líder e fundador do Grupo de Pesquisa “Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção - vias para a descolonização”. E-mail: chicofleck@yahoo.com.br.

## INTRODUÇÃO

A tradução, em nossa concepção, é uma possibilidade de colocar em diálogo diferentes culturas e seus agentes e de aproximar espaços e tempos diferentes, a partir da mediação linguística operada pela ação de um ou mais sujeitos habilitados a transitar pelas vias de comunicação possíveis entre as diferentes comunidades envolvidas nesse processo. A ação tradutória tem, sempre, como base de sua prática um objeto em concreto, o qual se busca materializar em duas ou mais línguas/linguagens. Tal ação requer uma série de conhecimentos teóricos, práticos e vivenciais/culturais de parte de quem a exerce.

Nesse sentido, efetua-se, pela ação tradutória, o estabelecimento de meios e de vias para que aquilo que era incompreensível a certas comunidades – como produto cultural produzido em determinado contexto histórico e cultural de uma sociedade – venha a fazer sentido, também, a outras e, assim, ganhe importância para diferentes contingentes que não dominam o mesmo código de comunicação. Ela torna-se, desse modo, uma chave de acesso a conhecimentos que não chegariam a certas comunidades sem essa mediação linguística necessária a sua inteligibilidade.

O tradutor, por sua vez, é um profissional que, a *priori*, deve ser um exímio leitor que possua a habilidade/conhecimento de se comunicar em diferentes línguas e, caso tenha, ainda, a necessária fluidez na oralidade, pode, também, desempenhar a função de intérprete. Embora isso pareça bastante subjetivo, é imprescindível que o tradutor seja um sujeito capaz de se posicionar em diferentes contextos de recepção para, a partir desse *locus* experiencial, projetar possibilidades de aceitabilidade de sua tarefa tradutória. Essa deveria ser, sempre, ética, embora haja uma série de condicionantes que incidem sobre esse fazer que, em muitos casos, ultrapassam as fronteiras daquilo que, nesse processo, compete ao tradutor. É de seu encargo a escolha entre as diferentes estratégias de tradução disponíveis e o estabelecimento do “movimento tradutório” – que pode optar em levar o autor até os leitores-alvo – oportunizando-lhes um confronto com o Outro, com o novo – ou, ao contrário, adaptar-se ao universo cultural conhecido dos leitores-alvo, domesticando o conteúdo da tradução, para não lhes causar qualquer estranhamento, segundo expressam autores como Aubert (1998; 2003; 2006) e Venuti (1992; 1995), cujos pressupostos foram revisados em traduções estudadas por Antunes (2022), Aquino (2022), Nascimento (2021), Santos (2021), Santana (2021), Silva (2021), Soares (2021), Bento (2020), Costa (2020)<sup>1</sup>.

A influência da tradução em um sistema literário nacional é de suma importância (EVEN-ZOHAR, 1990), como adiante neste texto discutimos. Em especial, no espaço geográfico, histórico e social da América Latina ela sempre assumiu um papel crucial, já que quase toda a nossa expressão literária na América, dá-se nas línguas europeias para aqui transplantadas (PAZ, 1991). Nesse contexto, segundo o autor, “[...] *nuestras literaturas no vivieron pasivamente las vicisitudes de las lenguas trasplantadas: participaron en el proceso y lo apresuraron. Muy pronto dejaron de ser meros reflejos transatlánticos; a veces han sido la negación de las literaturas europeas y otras, con más frecuencia, su réplica*” (PAZ, 1991, p. 8).

Destacamos, assim, nestas reflexões, o quanto se valeu da Tradução a colonialidade, como ela pode ser, hoje, via da necessária descolonização das mentes, das identidades e do imaginário latino-americano, passo ainda necessário na atualidade pelo empreendimento de práticas de tradução que se voltem a projetos literários estéticos decoloniais, produzidos no espaço das colônias americanas, mas que, infelizmente, nunca tiveram grande circulação entre os países do

<sup>1</sup> Tais estudos foram realizados no âmbito do “Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Humanidades Digitais” – NEIHD/UEFS-Feira de Santana/BA-Brasil e podem ser acessados para leitura e consulta pelo link: <http://www.mel.uefs.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=233> Acesso em 05 mar.2023.

<sup>2</sup> Nossa tradução: [...] nossas literaturas não viveram passivamente as adversidades das línguas transplantadas: participaram no processo e o apressaram. Logo deixaram de ser meros reflexos transatlânticos; às vezes têm sido a negação das literaturas europeias e outras, com mais frequência, sua réplica. (PAZ, 1991, p. 8).

próprio continente, por não terem sido traduzidas. Vejamos, na sequência, como se deu o trânsito, ao longo de nossa história, dos enfrentamentos entre os povos originários e os colonizadores.

## **A COLONIALIDADE, A DESCOLONIZAÇÃO E A DECOLONIALIDADE – TRÂNSITOS NA AMÉRICA LATINA**

A colonialidade refere-se ao processo de expansão territorial empreendido por certas coroas europeias, no final do século XV, e que se estendeu ao XVI, por meio do qual essas potências europeias dominaram e subjugarão diferentes povos em distintos espaços geográficos, tanto no continente africano, como no asiático e no americano. Tal ação deu-se sob o lema da “unidade e pureza” (SANTIAGO, 2000) e com base na “retórica da modernidade/civilidade” (MIGNOLO, 2017a), que assegurava às “nações modernas” o direito ao domínio sobre aquelas consideradas, nesta perspectiva, “bárbaras”. Essa retórica gerou, pois, o “tom” de aceitabilidade frente às atrocidades cometidas pelo colonialismo. Essas ações foram da posse das terras, à exploração e à expropriação de suas riquezas, à subjugação e à escravização dos habitantes originários, à aniquilação de povos e etnias, à introdução de um imenso contingente de africanos escravizados no território e à imposição dos preceitos da modernidade/civilidade (MIGNOLO, 2017b), sem nos esquecermos de que “*en esto consiste el ‘mito de la modernidad’, en un victimar al inocente (al Otro) declarándolo causa culpable de su propia victimación, y atribuyéndose el sujeto moderno plena inocencia con respecto al acto victimario*” (DUSSEL, 1942, p. 86).

Segundo Mignolo (2017b, p. 13), “[...]a ‘colonialidade’ equivale a uma ‘matriz ou padrão colonial de poder’, o qual ou a qual é um complexo de relações que se esconde detrás da retórica da modernidade (o relato da salvação, progresso e felicidade) que justifica a violência da colonialidade.” Na síntese que Uber (2022, p. 43) estabeleceu desse pensamento, vemos que “esse modo de pensar – a retórica da modernidade (MIGNOLO, 2017b) – instaurou uma sociedade nas colônias americanas que buscou afirmar preceitos colonialistas”, ou seja, “uma estrutura de controle e administração de autoridade, economia, subjetividade e normas de relações de gênero e sexo, que eram conduzidas pelos europeus [...]”. (MIGNOLO, 2017b, 4-5). Com o passar dos séculos de colonialidade, implementada pelos europeus no espaço da América, esse domínio atingiu todas as possíveis áreas, incluindo-se, claro, a expressão literária que, escrita desde aqui, deveria ajustar-se aos padrões valorativos e às ideologias de lá e ser expressa, claro, nas línguas transplantadas.

Conseqüentemente, nesse sistema impositivo, “o conhecimento ocidental tornou-se uma mercadoria de exportação para a modernização do mundo não ocidental.” (MIGNOLO, 2017b, p. 8). Assim, esse fundamento, enraizado no conhecimento racial e patriarcal, também levou à solidificação da teologia cristã no “Novo Mundo”, “responsável por marcar no ‘sangue’ a distinção entre cristãos, mouros e judeus.” (MIGNOLO, 2017, p. 5). Posteriormente, Mignolo (2017b) afirma que, “no século XVIII, o sangue, um elemento marcador de racismo, foi transferido para a questão da pele.” Essa se tornou marca inquestionável no processo de colonização da América, excluindo dos direitos sociais e humanitários todo sujeito que não fosse de pele branca.

A “lógica da colonialidade” ou “da matriz colonial de poder” acreditava nas seguintes ideias: “da salvação, do progresso, do desenvolvimento, da modernização e da democracia.” (MIGNOLO, 2017b, p. 8). A primeira etapa, a da salvação, era “focada em salvar as almas pela conversão ao cristianismo.” (MIGNOLO, 2017b, p. 8). A segunda etapa “envolveu o controle das almas dos não europeus por meio da missão civilizatória fora da Europa, e da administração de corpos nos Estados-nações emergentes [...]” (MIGNOLO, 2017b, p. 8), que, prontamente, levou

---

<sup>3</sup> Nossa tradução: É nisso que consiste o “mito da modernidade”, em uma vitimização do inocente (o Outro) declarando-o culpado de sua própria vitimização, e atribuindo ao sujeito moderno plena inocência em relação ao ato vitimizador. (DUSSEL, 1942, p. 86).

a essa ideia de salvação e controle. A terceira, “começou no momento em que as corporações e o mercado se tornaram dominantes” (MIGNOLO, 2017b, p. 8). Essa etapa persiste até hoje.

Na concepção teórica dos estudos decoloniais, a colonialidade buscou

[...] classificar como inferiores e alheias ao domínio do conhecimento sistemático todas as línguas que não sejam o grego, o latim e as seis línguas europeias modernas, para manter assim o privilégio enunciativo das instituições, os homens e as categorias do pensamento do Renascimento e a Ilustração europeias. As línguas que não eram aptas para o pensamento racional (seja teológico ou secular) foram consideradas as línguas que revelavam a inferioridade dos seres humanos que as falavam. (MIGNOLO, 2017a, p. 18-19).

Desse modo, vemos que, nesse sistema, nenhuma valorização seria dada a um texto escrito fora desse restrito campo linguístico/cultural, valorizado, imposto e praticado no início das expressões literárias na América pelos mesmos sujeitos colonizadores. Esses, impregnados com toda a cultura dominante a qual defendiam e representavam, fizeram, assim, prevalecer, aqui, as suas prerrogativas de valorização da escrita, em geral, e da arte literária, em particular. Se pensarmos, também, no período histórico que transcende à colonização – logo após as independências políticas na América Latina – e na importância da literatura nesse campo ideológico (DORADO MENDEZ, 2022), veremos que não houve, em relação a esse predomínio das línguas transplantadas, qualquer alteração substancial, já que

[...] en esa construcción la literatura juega un papel fundamental, desde el momento en que da forma a imaginarios que convalidan y consolidan los proyectos que sostienen tales formaciones. Así, las ‘literaturas nacionales’ han diseñado modelos de identificación [...] inseparables de los proyectos políticos con los que acuerdan, dando forma a un cierto tipo de ‘soberanía’ sostenida en el poder absoluto sobre uno/s territorio/s a través de las lenguas nacionales, lenguas ‘maternas’ (aunque éstas no sean efectivamente tales), lenguas oficiales. [...] Las escrituras producidas fuera de ese cuerpo así regionalizado, no encontraron reconocimiento<sup>4</sup>. (PALERMO, 2011, p. 127).

Essa falta de reconhecimento das literaturas escritas em línguas autóctones, por exemplo, é um fator colonialista que persiste até nossos dias. Imperam ainda, entre nós, produções literárias traduzidas de línguas europeias neolatinas e germânicas. Já a tradução de obras em línguas autóctones ameríndias, versadas às línguas europeias aqui transplantadas, são casos muito raros. Nesses poucos casos, muitas vezes, o próprio escritor (narrador, poeta ou teatrólogo) é o tradutor de sua própria obra, como o faz, em grande parte, a narradora e poeta paraguaia Susy Delgado que, ao ser bilíngue, traduz os seus originais, em guaraní, à língua espanhola. Fleck, Zambrano Contreras e Lopez (2019) destacam o fazer literário dessa autora paraguaia, cuja escrita é, sem dúvidas, um exemplo de “giro decolonial”, assim como, mais ainda o são, as suas traduções. Vivemos, assim, hoje a realidade de que

[...] o processo colonial inicial projetado para “modernizar”, cristianizar e civilizar o mundo, transformou-se no último quartel do século 20 em um processo que objetivava “mercadizar” o mundo, e não mais civilizá-lo ou cristianizá-lo. Nesse domínio global, a colonialidade continua a ser uma silenciosa e anônima força motriz de modernização e de mercado. (MIGNOLO, 2003, p. 300).

É a partir dessa conscientização dos latino-americanos a respeito do processo colonizador europeu do final do século XV, com suas extensões à contemporaneidade, que se torna necessário refletir, também, sobre o processo/conceito de descolonização. A descolonização, muitas vezes, é

<sup>4</sup> Nossa tradução: [...] nessa construção, a literatura joga um papel fundamental, desde o momento em que dá forma a imaginários que convalidam e consolidam os projetos que fundamentam tais formações. Assim, as ‘literaturas nacionais’ desenharam modelos de identificação [...] inseparáveis dos projetos políticos com os que acordam, oferecendo um certo tipo de ‘soberania’ com base no poder absoluto sobre um/uns território/s por meio das línguas nacionais, línguas ‘maternas’ (ainda que elas não sejam efetivamente tais), línguas oficiais. [...]. As escritas produzidas fora desse corpo, assim regionalizado, não acharam reconhecimento. (PALERMO, 2011, p. 127).

entendida, unicamente, como o ato político da separação ou independência das colônias do jugo das metrópoles colonizadoras. Tal fato político, na América, teve início depois da metade do século XVIII – com a independência das primeiras colônias no nosso continente (Estados Unidos - 1776; Canadá - 1867; Haiti – 1804), alcançando o final do século XIX e princípios do XX (Colômbia - 1886; Cuba - 1898; Panamá - 1903). Isso representa, na América Latina, séculos de colonialidade, já que esse processo teve seu início com a chegada da frota de Cristóvão Colombo à ilha de Guanahaní – hoje República Dominicana e Haiti –, em 12 de outubro de 1492.

O cultivo dessa “ideia mínima de descolonização” tem sido estratégia da própria retórica da colonialidade, pois, ao se fazer os colonizados crerem que alcançaram sua independência, eliminam-se os focos de resistência e muito dos preceitos da colonialidade seguem ativos e persistentes em nossas sociedades. Faz-se necessário que os latino-americanos, em primeiro lugar, conscientizem-se de que a colonização não operou apenas na territorialidade do espaço geográfico, mas, também, no mental e no imaginário.

Essa colonização das mentes, das identidades e do imaginário dos povos subjugados foi, certamente, mais eficiente, profunda e duradoura que a própria territorial/geográfica. Foi ela que determinou preceitos, valores, crenças, atitudes e ações sustentadas na colonialidade do poder (patriarcalismo, sexismo, racismo, meritocracia, religiosidade exclusivista etc.), cujas reminiscências são visíveis e palpáveis nas sociedades latino-americanas hodiernas. Há que se engendrar, pois, uma “segunda descolonização” – a decolonialidade – em busca da desterritorialização das mentes, das identidades e do imaginário e sua subsequente reterritorialização – pelos projetos decoloniais.

Foi da conscientização dessa necessidade de uma “segunda descolonização” que nasceram os preceitos da decolonialidade – na concepção dos distintos integrantes do Grupo de pesquisa “Modernidade/Colonialidade” – e os das “vias de descolonização” das mentes, das identidades e do imaginário – sob a ótica do Grupo de Pesquisa “Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a descolonização”. Ambos os Grupos de Pesquisa latino-americanos consideram como relevantes as reflexões de Castro-Gómez e Grosfoguel (2007) sobre essa complementariedade necessária à primeira descolonização político-territorial da América Latina. Segundo os mencionados pesquisadores,

*[...] una implicación fundamental de la noción de ‘colonialidad del poder’ es que el mundo no ha sido completamente descolonizado. La primera descolonización (iniciada en el siglo XIX por las colonias españolas y seguida en el XX por las colonias inglesas y francesas) fue incompleta, ya que se limitó a la independencia jurídico-política de las periferias. En cambio, la segunda descolonización – a la cual nosotros aludimos con la categoría decolonialidad – tendrá que dirigirse a la heterarquía de las múltiples relaciones raciales, étnicas, sexuales, epistémicas, económicas y de género que la primera descolonización dejó intactas. Como resultado, el mundo de comienzos del siglo XXI necesita una decolonialidad que complemente la descolonización llevada a cabo en los siglos XIX y XX. Al contrario de esa descolonización, la decolonialidad es un proceso de resignificación a largo plazo, que no se puede reducir a un acontecimiento jurídico-político (Grosfoguel, 2005)<sup>5</sup>. (CASTRO-GÓMEZ; GROSGOQUEL, 2007, p. 17).*

Portanto, fica claro que o mundo não foi completamente descolonizado com as independências das colônias de suas metrópoles. A primeira descolonização, como afirmam os

<sup>5</sup> Nossa tradução: [...] uma implicação fundamental da noção de “colonialidade do poder” é que o mundo não foi completamente descolonizado. A primeira descolonização (iniciada no século XIX pelas colônias espanholas e seguida, no século XX, pelas colônias inglesas e francesas) foi incompleta, pois se limitou à independência jurídico-política das periferias. Em vez disso, a segunda descolonização – a que nos referimos como decolonialidade – terá que abordar a heterarquia das múltiplas relações raciais, étnicas, sexuais, epistêmicas, econômicas e de gênero que a primeira descolonização deixou intacta. Como resultado, o mundo do início do século XXI precisa de uma decolonialidade que complemente a descolonização realizada nos séculos XIX e XX. Ao contrário dessa descolonização primeira – a territorial/política, a decolonialidade, vai muito além de um evento jurídico-político, porque precisa penetrar nas mentes, instituir-se no pensamento, gerar profundas mudanças nas relações sociais, ainda sustentadas na estratificação.

autores, foi incompleta, pois se limitou à independência jurídico-política dos povos antes subjugados. Em vez disso, a segunda descolonização – a decolonialidade ou a desterritorialização e reterritorialização das mentes, identidades e imaginário – terá que abordar as múltiplas relações raciais, étnicas, sexuais, epistêmicas, econômicas e de gênero que ainda persistem em várias nações latino-americanas. Essas, com certeza, também interferem nos trânsitos das traduções entre essas nações e entre outras também. Como resultado dessa incompletude, o mundo do início do século XXI precisa de uma decolonialidade – ou de uma desterritorialização e reterritorialização de mentes, identidades e do imaginário – para complementar a descolonização realizada nos séculos XIX e XX. Essa descolonização, a decolonialidade, é um processo de ressignificação a longo prazo, que não pode ser reduzido ao campo da política, pois compreende, a partir da ótica do Grupo de pesquisa “Ressignificações do passado na América...”, todo o movimento tanto de desterritorialização quanto de reterritorialização das mentes, das identidades e do imaginário dos povos antes colonizados. A territorialização destes outros espaços, como já comentamos, deram-se, também, pelo emprego da tradução/interpretação, sempre a serviço das forças colonizadoras. Assim, o processo inverso – da desterritorialização e da reterritorialização – precisa, necessariamente, embrenhar-se, também, nesse âmbito e possibilitar as interrelações culturais, em especial, entre os países latino-americanos, que muito precisam conhecer ainda um do outro.

Nesse sentido, aquilo que o Grupo de Pesquisa “Modernidade/Colonialidade” – fundado em 1990 e composto por diferentes intelectuais latino-americanos que atuam em distintas universidades americanas – concebe como “pensamento decolonial” ou “processo de ressignificação de longo prazo”, nós, integrantes do Grupo de Pesquisa “Ressignificações do passado na América...”, fundado em 2017, consideramos como “vias para a descolonização”, enfocando-nos naqueles “projetos de(s) coloniais” que, efetivamente, podem contribuir – seja a curto, médio ou longo prazo – no processo de desterritorialização e reterritorialização das mentes, das identidades e do imaginário latino-americano. Um dos nossos focos, nesse campo de pesquisa e atuação, é a prática tradutória decolonial e os estudos sobre tradução, tópico ao qual nos dedicamos à continuação.

## **A TRADUÇÃO NOS NASCENTES POLISSISTEMAS LITERÁRIOS LATINO-AMERICANOS: A COLONIZAÇÃO PELA ARTE DE ESCREVER, TRADUZIR E INTERPRETAR**

No contexto dos estudos, das pesquisas, das ações extensionistas e das publicações promovidos no âmbito do Grupo de Pesquisa “Ressignificações do passado na América...” destacam-se, pois, os “processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção.” Concentramo-nos, nesse sentido, em temáticas como “o estudo do gênero romance histórico” como via à descolonização que, entre outras possibilidades, busca elucidar a trajetória do gênero romance histórico e suas ressignificações do passado na América (FLECK, 2017; KLOCK, 2021; DEL POZO GONZÁLEZ; KLOCK; BERNDT; FLECK. 2021) e dar visibilidade às produções do nosso Estado/PR, como destacam os estudos de Cella (2022) e as reflexões dele decorrentes apontadas, parcialmente, em Cella, Santos e Berndt (2020); “a formação do leitor literário rumo à descolonização” – como evidenciam os estudos de Zucki (2015), Souza (2019), Fant (2021), e cuja temática é destacada, também, nas reflexões de Fernandes de Souza e Scopel da Silva (2021), Pedro e Santos (2021); “as relações entre leitura e escrita”, ferramentas, historicamente, concentradas nas mãos da elite na América Latina, conforme expressam Fleck (2019) e Dorado Mendez e Fleck (2022); “a prática tradutória decolonial”, comentada, também, por Berndt, Del Pozo González e Cerdeira (2021) e Del Pozo González, Cerdeira e Fleck (2021); as “análises de traduções literárias brasileiras”, com ênfase nos marcadores culturais, efetuados pelos integrantes do “Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Humanidades Digitais” –

NEIHD/UEFS-Feira de Santana, pois tais estudos são, por nós, vistos como “projetos de(s)coloniais” e verdadeiras ações rumo à descolonização – desterritorialização e reterritorialização dos espaços antes colonizados – ainda necessária nas sociedades hodiernas da América Latina.

O trânsito entre diferentes línguas fez-se essencial ao longo de todo o processo histórico americano que promoveu, dentro do processo de colonização, a hibridação de povos e culturas nesse espaço geográfico, pois, segundo expressa Pagano (2000, p. 158), mesmo na condição pós-colonial, vivemos ainda os efeitos naturais dos “deslocamentos” provocados pela colonialidade “tais como a escravidão, a migração, o exílio e a subordinação”. Na concepção da autora, “a vivência colonial leva os sujeitos a se deslocarem para outros espaços, outras temporalidades, outras línguas. Isso se aplica tanto para aquele que se encontra num grau elevado da hierarquia de poder quanto para todos aqueles que encenam diversos graus de subordinação. (PAGANO, 2000, p. 158).

A princípio da colonialidade, a interpretação foi meio essencial de comunicação entre os povos que aqui se enfrentavam. Ela foi empregada pelo poder colonizador para a subjugação dos povos e a sua aculturação. Exemplos disso estão registrados nos apontamentos de Cristóvão Colombo (VARELA, 1997) e outros cronistas em relação à vinda de religiosos em sua segunda viagem às terras do Caribe, em 1494. Esse deslocamento de religiosos da Europa à América, já no início da colonização, deu-se com o intuito de fazê-los internar-se nas comunidades autóctones, aprender as línguas originárias daqui para, assim, converter ao cristianismo todos os habitantes das ilhas encontradas por ele. Frei Ramón Paner<sup>6</sup>, um catalão, da Ordem de São Jerônimo, foi o primeiro encarregado desse serviço nos princípios da colonização espanhola no Caribe, no Brasil, essa missão ficou por conta dos Jesuítas. Lembremo-nos, pois, do fato de que, os religiosos eram uma das poucas camadas elitizadas da época que tinham amplo acesso ao conhecimento: dominavam a leitura e a escrita e concentravam em seu poder, muito da capacidade e possibilidade de as transmitir.

Assim, cumpria-se aquilo que Santiago (2000) comenta sobre a realidade linguística, religiosa e administrativa das terras colonizadas pelos europeus na América: “[...] na terra descoberta, o código linguístico e o código religioso se encontram intimamente ligados, graças à intransigência, à astúcia e à força dos brancos. [...]. Evitar o bilinguismo significa evitar o pluralismo religioso, significa também impor o poder colonialista.” (SANTIAGO, 2000, p. 14). Com relação à ação do Frei Ramón Paner na colonização das primeiras comunidades espanholas instauradas em espaço americano, Las Casas (1566, p. 1648), registra:

*A este Ramón Pané mandó el Almirante que saliese de aquella provincia de Macorix de abajo, cuya lengua él sabía por ser lengua que se extendía por poca tierra, y que se fuese a la Vega y tierra donde señoreaba el rey Guarionex, donde podía hacer más fruto por ser la gente mucho más, y la lengua universal por toda la isla, y así lo hizo, donde estuvo dos años no más e hizo lo que allí pudo [...].* (LAS CASAS, 1566, p. 1648).

Com relação ao papel da interpretação na subjugação dos povos originários da América pelos europeus, Stephen Greenblatt (1991, p. 12) é um dos estudiosos que destaca a relevância desse ato ao mencionar que “*Montezuma had no one who was even remotely the equivalent of Cortés’s loyal bilingual*

<sup>6</sup> Para inteirar-se de algo sobre a saga desse catequizador, além dos documentos oficiais produzidos pelos cronistas (Colombo, Las Casas, entre outros), recomendamos a leitura do romance *Anacaona: la última princesa del Caribe* (2017), de Jordi Díez Rojas, estudado por Tatiane Cristina Becher (2023), em sua tese doutoral *Anacaona – resiliência feminina à ocupação europeia no caribe: ressignificações da atuação autóctone feminina na colonização da América Latina* (em andamento no PPGL-UNIOESTE/PR). A leitura dessa tese também é altamente recomendada assim que estiver disponível.

<sup>7</sup> Nossa tradução: O Almirante ordenou que este Ramón Paner deixasse aquela província baixa de Macorix, cuja língua ele já conhecia, porque era uma língua que se estendia por pouca terra, e fosse para Vega, terra onde o rei Guarionex governava, onde poderia ter mais resultados, pois havia uma população muito maior e a língua era universal em toda a ilha, e assim o fez, onde ficou pouco menos de dois anos e fez o que se podia. (LAS CASAS, 1566, p. 1648).

*informants and go-betweens, Geronimo Aguilar and the indispensable Doña Marina*<sup>8</sup>.” Assim, a conquista do Império Asteca, deu-se, entre outros fatores, pelo poder da tradução/interpretação, assim como isso se deu em várias outras ocasiões, como no caso dos autóctone taínos, da Ilha de Guanahni/República Dominicana e Haiti – onde aportou Colombo em sua primeira e segunda viagens ao Caribe, dando início à colonialidade na América. Ali, o aprisionamento e a condenação do líder autóctone taíno, o cacique Caonabó – ação que levaria aos conflitos liderados por sua esposa, a cacica Anacaona – na sequência dos enfrentamentos com os conquistadores, cujas consequências resultaram na exterminação de quase a totalidade de sua etnia – contou com a participação, como intérprete, do Frei catalão, Ramón Paner. Da mesma forma, a conquista do Império Asteca – entre 1519 e 1521<sup>9</sup> – por Cortés deveu-se, em grande parte, pela ação linguística de seus intérpretes: a nativa Malinche e o naufrago espanhol Gerónimo de Aguilar, que intermediaram os contatos do soldado espanhol com as comunidades originárias e suas lideranças, a fim de alçar um movimento de derrocada do Imperador Montezuma.

Centradas e controladas pelas forças e pelo poder colonialista, as capacidades da tradução e da interpretação foram absolutamente direcionadas na fase colonial e, altamente manipuladas nas fases subsequentes de nossa história para, então, implementar, aqui, as ideologias, valores, hábitos e costumes cultivados nas próprias metrópoles colonizadoras. É com base nessas escritas europeias e, também, de suas traduções às línguas vigentes na América Latina que Santiago (2000, p. 14), afirma que “[...] a América transforma-se em cópia, simulacro que se quer mais e mais semelhante ao original, quando sua originalidade não se encontraria na cópia do modelo original, mas em sua origem apagada completamente pelos conquistadores”, cedendo, desse modo, aos preceitos do processo colonialista, atuante, com rigor e força, igualmente no âmbito das artes.

Nas nascentes Repúblicas Latino-americanas do início do século XIX – ou mesmo no período imperial no Brasil (1822-1889) – traduziram-se tão somente aqueles “modelos adequados” à constituição de uma “arte parasita” (SANTIAGO, 2000) para que essas atuassem não somente como modelos, mas como parâmetros determinantes da produção literária, agindo desde o centro mesmo dos nascentes polissistemas literários (EVEN-ZOHAR 1990) dos países independentes da América Latina. Entre eles destacaram-se os folhetins franceses, que, mais adiante, deram origem às primeiras escritas romanescas em nosso território. Contudo, o primeiro romance escrito em terras conquistadas na América Hispânica – *El periquillo sarmiento* (1816), do mexicano Jose Joaquín Fernández de Lizardi – carece de tradução ao português até os nossos dias. Já o primeiro romance histórico escrito em terras Hispano-americanas, em 1826 – *Xicoténcatl*, de autor anônimo – supostamente outro mexicano –, foi traduzido ao português por nós, pela primeira vez, apenas em 2020. Nesse sentido, revela-se a máxima da colonialidade no campo da literatura e da tradução literária a qual expressa que, durante séculos, na América Latina,

[...] a fonte se torna a estrela intangível e pura que, sem deixar-se contaminar, contamina, brilha para os artistas dos países da América Latina, quando estes dependem de sua luz para seu trabalho de expressão. Ela ilumina os movimentos das mãos, mas ao mesmo tempo torna os artistas súditos de seu magnetismo superior. (SANTIAGO, 2000, p. 21).

<sup>8</sup> Nossa tradução: Montezuma não contava com ninguém que fosse, remotamente sequer, equivalente aos leis informantes bilíngues e intercessores de Cortés, Gerónimo Aguilar e a indispensável Dona Marina. (GREENBLATT, 1991, p. 12).

<sup>9</sup> Recomendamos a leitura da dissertação *Malinche no espelho das traduções de Xicoténcatl (1826): [1999 – 2013]*, defendida em 2017, no PPGL-Unioeste/Cascavel-PR, por Leila Shaí Del Pozo González. Nela, analisam-se as traduções do primeiro romance histórico latino-americano, *Xicoténcatl* (1826), ao inglês e ao português, e a atuação da autóctone Malinche como intérprete de Cortés no processo de subjugação dos povos originários mexicanos. Texto disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/3452> Acesso em 05 mar. 2023.



Essa produção literária/artística latino-americana, oriunda da cópia do modelo europeu – traduzido e difundido entre nós – sustentou, aqui, as reminiscências do colonialismo por séculos, instalando-se, quase sem reservas, no centro do nascente sistema literário das nações latino-americanas. Essa situação de extrema dependência, de cópia, filiação e busca de assimilação à fonte só foi alterada, de forma significativa, na América Latina com o surgimento, na Nicarágua, em 1888, dos escritos de Rubén Darío que deram passo ao Modernismo e, na sequência, com os movimentos da “nova narrativa latino-americana”, da década de 1940 – transformações estudadas por Ana Maria Klock (2021), em sua tese *O romance histórico no contexto da nova narrativa latino-americana (1940): dos experimentalismos do boom à mediação do pós-boom – histórias da outra margem*<sup>10</sup>, cuja leitura recomendamos para todos que buscam entender a trajetória da literatura crítica na América.

A literatura traduzida, de acordo com Even-Zohar (1990), forma, *per se*, um sistema próprio dentro do polissistema literário de uma nação. De acordo com o pesquisador, o comportamento desse polissistema específico – formado pelas obras traduzidas a certo idioma – é muito ativo e o lugar que ele pode ocupar dentro do polissistema meta será o centro mesmo dele ou, também, pode vir a se manter na sua periferia. Conforme menciona o pesquisador, se a “*translated literature maintains a central position in the literary polysystem means that it participates actively in shaping the center of the polysystem*”<sup>11</sup> (EVEN-ZOHAR, 1990, p. 46), como ocorreu nos países latino-americanos, atrelados, inexoravelmente, pela colonialidade, aos modelos europeus de produção literária. Segundo Del Pozo González (2022, p. 83-84),

[...] a literatura traduzida, quando alocada no centro de um polissistema em formação, contribui, mais incisivamente, para modelar as expressões literárias nacionais ao lhe proporcionar novos modelos, repertórios, recursos e características expressivas, técnicas e recursos escriturais, ideologias, estruturas modulares ou padrões composicionais, entre outros aspectos da produção literária<sup>12</sup>.

Frente a essa situacionalidade que a tradução literária pode representar em uma determinada cultura, podemos perguntar-nos quando e como a tradução pode, então, fazer-se de(s)colonial. A questão referente a “quando” isso se dá está respondida na própria arte romanesca latino-americana, pelo narrador da obra *Vigília del Almirante* (1992), do paraguaio Augusto Roa Bastos (1992, p. 123), ao expressar que tal fato ocorre quando o artista latino-americano “*imponga el orden de su espíritu a la materia informe de las repeticiones, imparta a la voz extraña su propia entonación y la impregne con la sustancia de su sangre, rescatando lo propio en lo ajeno*”<sup>13</sup>. (ROA BASTOS, 1992, p. 123). Nesse sentido, o tradutor, de tais obras, pode ser visto “como canibal devorando o texto original num ritual que resulta na criação de algo completamente novo.” (BASSNETT, 2003, p. XX). Isso significa pôr em prática o processo antropofágico cultural, pois “a condição pós-colonial revela a cultura como operação ampla de tradução que opera em âmbito transnacional, translíngüístico e trans- histórico” (PAGANO, 2000, p. 158), também, no ato da tradução – privilegiando o trânsito de obras com essas características e construindo projetos estéticos literários decoloniais. Isso pode ocorrer do mesmo modo que fizeram os autores em seus originais, também, nas versões traduzidas. Essas são obras que – seja na língua meta como na língua alvo – exibem o “giro decolonial” de seus autores, personagens, tradutores e, inclusive, de parcela dos leitores. Cabe-nos, portanto, esclarecer, aqui, que

<sup>10</sup> Tese disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/5661> Acesso em: 26 fev. 2023.

<sup>11</sup> Nossa tradução: [se a] literatura traduzida mantém uma posição central no polissistema literário isso significa que ela participa ativamente na formação do centro deste polissistema. (EVEN-ZOHAR, 1990, p. 46).

<sup>12</sup> Trata-se de citação de um texto ainda inédito, ou seja, a tese em andamento, *O Periquitinho Sarnento: uma tradução transcultural da obra de José Joaquín Fernández de Lizardi (1816) para o português brasileiro – reflexões sobre o primeiro romance latino-americano*, de Leila Shaí Del Pozo González, junto ao PPGL/Unioeste, sob nossa orientação.

<sup>13</sup> Nossa tradução: [...] imponha a ordem de seu espírito à matéria informe das repetições, dite à voz estranha a sua própria entonação e a impregne com a substância de seu sangue, resgatando o próprio no alheio. (ROA BASTOS, 1992, p. 123).

[...] *el giro decolonial es la apertura y la libertad del pensamiento y de formas de vida-otras (economías-otras, teorías políticas-otras); la limpieza de la colonialidad del ser y del saber; el desprendimiento de la retórica de la modernidad y de su imaginario imperial articulado en la retórica de la democracia. El pensamiento decolonial tiene como razón de ser y objetivo la decolonialidad del poder (es decir, de la matriz colonial de poder)*<sup>14</sup>. (MIGNOLO, 2007, p. 29-30).

A tradução, para se fazer decolonial, precisa, pois, direcionar-se à circulação de obras nas quais esses propósitos de descolonização (desterritorialização e reterritorialização de espaços outros) sejam visíveis. Sempre que uma obra de teor decolonial é alvo de uma prática tradutória, podemos dizer que estamos diante de um momento de descolonização, cujo resultado vai depender, em boa parte, da ação e das possibilidades dadas ao tradutor na efetivação de seu ofício. No contexto latino-americano, ainda dominado pelas reminiscências do colonialismo, muitos desses projetos só podem encontrar acolhida no âmbito das universidades que buscam formar tradutores, pois, no âmbito comercial da tradução, tais projetos não se mostram lucrativos o suficiente para serem potencializados e financiados pelas editoras.

Com relação ao “como” uma tradução pode se fazer decolonial, vejamos, na sequência deste texto, alguns aspectos que tornam o exercício da tradução, efetivamente, em uma ação decolonial. As relações de poder estão presentes no processo tradutório, tal qual menciona Bassnett (2003). Precisamos, pois, entender que “nosso papel como tradutores latino-americanos é o de estarmos cientes das desigualdades que marcaram a história das nossas produções literárias e, no processo de tradução, estabelecer a mediação entre estes polos.” (FLECK; DEL POZO GONZÁLEZ, 2020, p. 23). Conforme expressa Pagano (2000), a tradução é uma ferramenta que auxilia na descolonização desafiadora do poder, habilitando a voz da cultura oprimida. Rodrigues (1999) lembra-nos de que a tradução pode ser utilizada para confrontar as relações de poder nos textos traduzidos. Isso se dá porque “*the study and practice of translation is inevitably an exploration of power relationships within textual practice that reflects power structures within the wider cultural context*”<sup>15</sup>. (ÁLVAREZ; VIDAL, 1996, p. 1).

Portanto, podemos fazer da nossa prática tradutória um ato político decolonial, ao nela fazermos evidentes os poderes que estão implícitos no texto e mostrarmos como a cultura oprimida é nele representada. Em consequência, como tradutores, devemos estar cientes do nosso *locus* enunciativo, o “entre-lugar [...] latino-americano” (SANTIAGO, 2000), a partir do qual enunciamos e, inseridos nele, sabemos o que traduzir, por que e para que fazê-lo. De acordo com Pagano (2000, p. 159), “os estudos pós-coloniais indagam a produção discursiva daqueles que falam a partir de um entre-lugar discursivo que desafia noções estreitas de língua, nação e história”. Assim, assumimos esse poder com muita responsabilidade, valendo-nos das possibilidades múltiplas de estabelecer a “mediação tradutória” – estratégias de elucidação das camadas mais profundas do texto alvo (TF) ao leitor da língua meta (TT).

Isso é possível sempre? A resposta é clara: não, porque a tradução está hoje – como sempre esteve – atrelada, também, ao poder colonialista/capitalista que seleciona o que traduzir e, muitas

<sup>14</sup> Nossa tradução: [...] o giro decolonial é a abertura e a liberdade do pensamento e de formas de vida-outras (economias-outras, teorias políticas-outras); a limpeza da colonialidade do ser e do saber; o desprendimento da retórica da modernidade e de seu imaginário imperial articulado na retórica da democracia. O pensamento decolonial tem como razão de ser e como objetivo a decolonialidade do poder (isso é, da matriz colonial do poder). (MIGNOLO, 2007, p. 29-30).

<sup>15</sup> Nossa tradução: o estudo e a prática da tradução é, inevitavelmente, uma exploração das relações de poder dentro do contexto das práticas textuais que refletem as estruturas de poder no interior do mais amplo contexto cultural. (ÁLVAREZ; VIDAL, 1996, p. 1).

vezes, inclusive, ditas as regras dessa ação<sup>16</sup>. Daí a importância dos estudos e práticas de tradução feitos no âmbito acadêmico. É nesse espaço de atuação, enunciação e poder que aquelas vozes/obras relegadas ao apagamento, esquecimento e emudecimento podem ressurgir e, quem sabe, desafiar o poder instituído, para que a tradução possa ser, como expressa Pagano (2000, p. 160), a “possibilidade de acesso a uma voz e a inserção de uma cultura oprimida”, no espaço escritural antes plenamente dominado apenas pelos colonizadores.

A inexistência de certas traduções da produção literária hispano-americana ao âmbito da língua portuguesa – especialmente aquelas que são marcos históricos de enfrentamentos aos cânones eurocêntricos aqui estabelecidos – é notável. Conhecemos, desde o espaço escolar, as obras canônicas do barroco, do realismo/naturalismo e do romantismo europeus – traduzidos ao português –, contudo, quando se trata do Modernismo, podemos pedir à maioria dos brasileiros que expressem seu conhecimento sobre essa “escola literária” e os resultados não nos irão surpreender. Sabemos que, seguramente, reportar-se-iam à Semana da Arte Moderna, de 1922, no Brasil (movimento tardio do Modernismo na América Latina). As obras do nicaraguense Rubén Darío, entre elas, *Azul* (1888), que implementaram essa escola estética literária no ocidente, são bastante desconhecidas em nosso meio. É a manutenção da colonialidade que opera esse não conhecimento, essa não familiaridade e esse não entrosamento entre os países latino-americanos que se desconhecem entre si. Casos são esses em que a tradução poderia atuar rumo à descolonização ao efetuar as necessárias traduções para que esse mútuo “conhecer-se”, “ler-se” e se “descobrir” possam acontecer.

Alguns empreendimentos de práticas tradutórias de(s)coloniais no âmbito do Grupo de Pesquisa “Ressignificações do passado na América ...” já estão materializados e outros estão em pleno andamento. Nelas buscamos, sempre, uma ação tradutória participativa – projeto de iniciação científica, dissertação, tese, cursos de extensão com vistas à formação de tradutores, críticos de tradução e prática tradutória grupal –, ações que ampliam os horizontes, formam leitores, promovem a escrita acadêmica reflexiva e teórico-crítica, constituindo-se, dessa maneira naquilo que nós chamamos de “vias à descolonização” ou “projetos de(s)coloniais”.

Ações de conscientização sobre a importância da tradução, sua análise linguística-discursiva, os meandros de sua tessitura – aplicação de procedimentos específicos, em especial o emprego da domesticação ou da estrangeirização (VENUTI, 1992; 1995; BERMAN 2007) como estratégias de passagem de informatividade de uma língua à outra – são, da mesma forma, “projetos de(s)coloniais”, cultivados e executados no âmbito do “Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Humanidades Digitais” – NEIHD/UEFS-Feira de Santana<sup>17</sup> –. Essas ações ocorrem, em especial, com relação às obras de Jorge Amado, traduzidas ao espanhol, francês e inglês. Destacam-se, nesse contexto, além da atuação de liderança dos professores Patrício Nunes Barreiro e Liliane Lemos Santana Barreiros, as pesquisas de Antunes (2022), Aquino (2022), Nascimento (2021), Santos (2021), Santana (2021), Silva (2021), Soares (2021), Bento (2020) e Costa (2020).

Com um olhar crítico e instrumentalizado teoricamente frente ao uso das estratégias de tradução, esses pesquisadores internam-se no âmbito das versões dos romances de Jorge Amado, em especial, e de outros romancistas brasileiros, efetuadas às diferentes línguas europeias (em parte aqui transplantadas) e buscam avaliar os procedimentos tradutórios efetivados com relação às lexias consideradas “Marcadores culturais” (AUBERT, 1998; 2006). Estes termos imprimem aos

<sup>16</sup> O estudo de Antunes (2022), *Gabriela, clove and cinnamon (1988 [1962]), de Jorge Amado: tradução dos marcadores culturais ao inglês – entre a revelação e o ocultamento*, defendida na Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS, é exemplar nesse sentido, pois elucida boa parte desse processo. Recomendamos a sua leitura dessa dissertação. Texto disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1XzAQcoFSQ7zwDz03li3xSb0tLheHrDqn/view> acesso em: 01 mar. 2023.

<sup>17</sup> O referido núcleo mantém um espaço *on line* no qual se pode consultar um dicionário (multilíngue) no qual os marcadores culturais são listados e traduzidos. Nele também podemos encontrar o repositório de todos os estudos acadêmicos realizados nesse sentido. Recomendamos, pois, a consulta a esse espaço disponível em <http://www.mel.uefs.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=233> Acesso em: 04.mar. 2023.

romances brasileiros as suas especificidades linguístico-culturais, diferenciando-os das culturas europeias por traduzirem, em boa parte, o processo de hibridação étnico-cultural, resultante dos séculos de colonialidade vivenciados por nossa sociedade. Identificar esses procedimentos, analisá-los e explicitá-los aos leitores é, pois, uma ação decolonial fundamental frente à leitura de textos traduzidos. Desse modo, a crítica da tradução faz-se tão de(s)colonial como pode ser o próprio processo de tradução em si, como a seguir evidenciamos.

### **A PRÁTICA TRADUTÓRIA COMO AÇÃO DECOLONIAL: VIAS À DESCOLONIZAÇÃO DAS MENTES, DAS IDENTIDADES E DO IMAGINÁRIO LATINO-AMERICANO**

Em nosso Grupo de Pesquisa “Ressignificações do passado na América: processos de leitura escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção- vias para a descolonização”, mais especificamente na célula que nele se dedica aos estudos e prática de tradução, optamos por traduzir obras americanas de suma relevância para a história de nossas literaturas que não tenham alcançado transcendência até o momento por não terem, ainda, ultrapassado as fronteiras linguísticas do contexto meta no qual elas foram produzidas. Longa é essa lista e, entre as prioridades, selecionamos as obras pela maior proximidade delas com as nossas formações específicas. Assim, primeiramente, optamos pela tradução de romances históricos, não que outros gêneros não sejam, talvez, tão ou mais importantes nesse contexto. A familiaridade que temos com as especificidades do gênero híbrido de história e ficção ajuda-nos na prática tradutória em muitos sentidos, mas em especial em reconhecermos – pelas especificidades das fases e das modalidades que a trajetória desse gênero romanesco já percorreu desde sua implementação, no romantismo europeu (mais especificamente nas produções inaugurais de Walter Scott, em 1814 – *Waverley* – e 1819 – *Ivanhoe*) – seus meandros ideológicos e escriturais predominantes.

Em nossas práticas, vemos como é necessário que as obras do século XIX, por nós traduzidas, sejam dispostas ao conhecimento do leitor hodierno por meio não apenas da sua tradução, mas, também, por intermédio de estudos que se voltem às especificidades dessas produções, sua relevância à história da literatura na América, à época de sua produção e, claro, um estudo analítico/crítico das especificidades da obra. A complexidade da ação tradutória decolonial é, nesse sentido, bastante ampla. Para a prática efetiva da tradução decolonial, estabelecemos algumas diretrizes que são discutidas entre os membros da célula do Grupo de Pesquisa. Dentre essas podemos destacar os seguintes preceitos que, a seguir, expomos.

Seguimos, na prática tradutória decolonial, a lógica apontada por Spivak (2002), Sales Salvador (2006) e Pagano (2000), de que o(a) tradutor(a) precisa estar ciente do seu lugar de enunciação e de saber que, nele, possui o poder de se posicionar e de se fazer ouvir. Nesse sentido, a tradução envolve o posicionamento crítico de quem a exerce, oportunizando-lhe a possibilidade de enunciar desde uma ou outra margem do poder. Spivak (2002) discorre, por exemplo, sobre o caso das mulheres, devido à sua posição de subalternizadas, e a importância de elas não poderem se posicionar politicamente, pois, todas as vozes – a da autoridade e a do subalterno – pronunciam-se, porém, “*de lo que carece en realidad la [voz] subalterna es de la capacidad para hablar politicamente, y ahí lo importante es reconocer hasta qué punto quienes están/estamos en posiciones más favorecidas son/somos cómplices del silenciamiento*”<sup>18</sup>.” (SALES SALVADOR, 2006, p. 23).

Além disso, adotamos o emprego, ao longo do exercício transcultural no qual a tradução se configura para nós, do conceito de “*affidamento*” (SALES SALVADOR, 2006). Entendemos que o conceito e a prática do “*affidamento*” estão relacionados com o fato de o(a) tradutor(a) estar ciente

<sup>18</sup> Nossa tradução: [...] do que carece, em realidade, a [voz]subalterna é da capacidade para falar politicamente, e aí o importante é reconhecer até que ponto os que estão/ou estamos em posições mais favorecidas são/ou somos cúmplices do silenciamento. (SALES SALVADOR, 2006, p. 23).

da existência da alteridade. Aplicar isso no ato tradutório implica ao(à) tradutor(a) identificar-se com o texto do outro, compreender o que expressa ou sente o outro. É uma prática que nos leva

[...] nesse sentido, de ter ciência de nosso papel como tradutores de adotar como princípio a possibilidade de representar a fala do outro. Para tanto, uma obra a ser traduzida, deve ser uma obra a ser estudada, discutida e analisada, se possível, por um conjunto de sujeitos que estejam teoricamente embasados e, da mesma forma, abertos às contribuições de outros olhares lançados sobre o objeto de estudo. (DEL POZO GONZÁLEZ, 2022).

Fica claro, na posição expressa pela autora/tradutora, acima exposta, que a prática tradutória decolonial a qual nos dedicamos não é, pois, esse ato solitário de um profissional que precisa encontrar soluções viáveis às expressões de outrem para alcançar os sentidos e os significados pretendidos junto a um outro público, em outro contexto histórico e social de uma época já bastante distante e diferente daquela que hoje vivemos. Ao contrário, essa prática, a qual aqui relatamos, é uma experiência grupal, que envolve diferentes sujeitos, com distintas habilidades e especificidades que estão dispostos a discutir possibilidades de fazer chegar ao sujeito hodierno aquilo que era relevante há tempos passados, com suas influências em nosso presente, e a expressar de que modos essa relevância pode ser reavivada no contexto atual.

Entre as nossas diretrizes de prática tradutória decolonial, destacamos, ainda, a prática da “visibilidade do tradutor”, conforme os pressupostos mencionados por Sales Salvador (2006) e Spivak (2002) que comentam a necessidade de se criar, no texto traduzido, intervenções críticas e paratextos, por parte do(a) tradutor(a), com o intuito de “[...] *complementar la traducción con documentación alternativa para facilitar el intercambio cultural entre el público lector y la diferencialidad del original, para ‘intentar dejar hablar al otro’ a través del aparato traductológico (eg. comentario, introducción, nota, glosario, o anexo que acompañe a la traducción)*”<sup>19</sup>. (SALES SALVADOR, 2006, p. 27).

Com tais ações fica claro que a pretensa ideia da invisibilidade do tradutor – defendida por algum tempo e reivindicada como meio de dar destaque e primazia tão somente à genialidade do autor, tornando o ato tradutório uma ação de terceira linha – está absolutamente descartada de uma tradução que se pretenda decolonial. Nesse sentido, a tradução deve ser vista como uma ação dialógica, como um momento único de interrelação não só de culturas que se atravessam, mas de sujeitos – autor, tradutor e leitores-alvo – que se enfrentam no espaço discursivo escritural.

Desse modo, por exemplo, se em um texto a ser traduzido fica evidente um posicionamento ideológico colonialista (de exaltação à escravização, ao patriarcalismo, à discriminação racial, de gênero ou religiosa etc.) por parte do autor, cabe – como ação decolonial – ao tradutor valer-se de sua voz e visibilidade para, por meio de suas intervenções críticas no espaço dos paratextos, elucidar esse discurso. Assim, é tarefa decolonial do(a) tradutor(a) – leitor(a) altamente competente – esclarecer essa massa discursiva ao leitor-alvo. Esse nem sempre passou por um processo de formação leitora que o habilitasse a uma formação crítica, em especial no espaço da América Latina, a ler nas entrelinhas do texto.

São exemplos dessa prática tradutória de(s)colonial por nós efetivadas as obras *Xicoténcatl* ([1826] 2020), de autor anônimo – supostamente mexicano – e *Colombo e Beatriz* ([1892] 2021), da estadunidense Constance Goddard DuBois. A tradução de *Xicoténcatl* (1826) deu-se por ser ela o primeiro romance histórico escrito em terras latino-americanas – 12 anos após ser lançada a obra inaugural do gênero, por Walter Scott, na Escócia, em 1814. Além disso, é destaque nessa obra o fato dela ser um absoluto “giro decolonial”, dado por parte do autor que, ao escrever um romance histórico altamente crítico em relação à “conquista” do Império Asteca pelo soldado espanhol

<sup>19</sup> Nossa tradução: [...] complementar a tradução com documentação alternativa para facilitar o intercâmbio cultural entre o público leitor e a diferenciação do original, para ‘intentar deixar falar ao outro’ através do aparato tradutológico (ex. comentário, introdução, nota, glossário, ou anexo que acompanhe a tradução). (SALES SALVADOR, 2006, p. 27).

Hernán Cortés, posiciona-se do lado oposto do cânone europeu que, à época, valia-se do gênero romanesco para exaltar os heróis vencedores e os tempos passados como modelos aos sujeitos do presente.

Essa obra foi escrita no período em que o México ainda lutava pela sua independência da metrópole colonizadora europeia. Nela há um apelo evidente à recusa da repetição dos erros do passado que causaram a subjugação do Império Asteca e a necessidade de uma nova conscientização em busca da liberdade frente à colonialidade ainda persistente no território dominado pela metrópole europeia. No Brasil, à época, já “independente” de Portugal, pelos atos do príncipe Dom Pedro I, vivia-se em plena Era Imperial (1822-1889) – tendo no poder o próprio filho do monarca da metrópole colonizadora europeia. Nesse contexto, a tradução dessa obra jamais foi acolhida, justamente pelo seu alto teor crítico e revolucionário. A circulação dos folhetins românticos franceses e algumas obras inglesas eram, naquele momento histórico, mais convenientes ao estado político instaurado em nosso território.

Joaquim Manuel de Macedo, influenciado por tais obras, escreve, em consequência desse processo de fonte, influência e filiação – comum a quase todos os literatos latino-americanos daquela época –, aquele que seria considerado pela crítica o primeiro romance brasileiro: *A Moreninha*, em 1844. Essa é uma obra que exalta a elite colonialista e escravocrata em seus hábitos, costumes e tradições. Não esqueçamos, nesse entremeio ideológico e político no qual as produções literárias se davam à época, que Macedo era instrutor das filhas do Imperador brasileiro, Dom Pedro I, as princesas Isabel e Leopoldina.

Essa elite leitora brasileira, escravocrata e diretamente oriunda da colonização, não abria espaço à tradução de obras contestadoras do poder instituído, que enfrentavam os paradigmas literários criados e cultivados na Europa, e que davam protagonismo na arte literária ao contingente escravizado, subjugado e explorado – quando não aniquilado, como no caso de *Xicoténcatl* ([1826] 2020). Traduzir essa obra do romantismo mexicano ao português do Brasil, no século XXI, é, pois uma ação de descolonização das mentes, das identidades e do imaginário, um giro decolonial (DEL POZO GONZÁLEZ; CERDEIRA; FLECK, 2021), que busca a formação de um leitor brasileiro conhecedor de sua história mais ampla e pluralizada no contexto da América.

Já a obra de DuBois ([1892] 2021), estudada por Matheus (2021)<sup>20</sup> em sua dissertação *Figurações de uma heroína invisível: Beatriz Enríquez de Harana na literatura*, defendida no âmbito do PPGL/Unioeste-Cascavel-PR, também foi por nós traduzida – dessa vez do original em língua inglesa à língua portuguesa. Isso deve-se, por um lado, ao fato da época de sua produção – o ano do quarto centenário da chegada de Colombo à América e aos festejos que a efeméride produziu à época, com uma série de obras exaltadoras do evento histórico no contexto estadunidense. A voz de Dubois, nesse contexto – como autora mulher, que reivindica o espaço, a importância e a relevância ocupados por uma mulher na trajetória desse evento histórico – destoa, totalmente, da univocidade mistificadora do passado e de seus agentes, efetuada pelos literatos estadunidense, à época. Trata-se, pois, do primeiro romance histórico sobre o evento do “descobrimento” da América, escrito por uma mulher que, entre outros aspectos decoloniais, busca dar visibilidade, valorização e consideração à participação feminina em eventos históricos sempre relacionados a seus agentes masculinos, heroicizados e celebrados tanto pelo discurso histórico tradicional hegemônico quanto pelo discurso artístico literário em suas manifestações das modalidades clássica scottiana e tradicional do romance histórico.

Já concretizados esses dois projetos, outros estão em pleno andamento e muitos já foram pautados e estão sendo embalados em sonhos decoloniais pelos membros do Grupo de Pesquisa “Ressignificações do passado na América: processos e leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a descolonização”. Assim, em breve, nossos leitores de língua portuguesa terão acesso a outras relíquias literárias, produzidas em contextos passados e, até hoje,

<sup>20</sup> Estudo disponível em <http://tede.unioeste.br/handle/tede/5407> Acesso em: 26 fev. 2023.

ainda não traduzidos à língua de Camões, ou de Machado e Guimarães, de Lispector, Jesus e Evaristo.

## **PALAVRAS FINAIS**

Procuramos, ao longo deste exercício de escrita, expor alguns aspectos relevantes em relação aos conceitos de colonialidade, de descolonização e de decolonialidade, estabelecidos pelos integrantes do Grupo de pesquisa “Modernidade/Colonialidade”, vinculados a diferentes universidades americanas e pelos integrantes do Grupo “Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a descolonização”, cujos integrantes pertencem a diferentes instituições de Ensino no Brasil e na América Hispânica. Tais conceitos, que acompanharam a trajetória histórica das sociedades constituídas no espaço americano nos últimos 5 séculos, foram, então, imbricados com reflexões sobre a prática da tradução no contexto latino-americano.

Primeiramente, destacamos a importância que o trânsito entre diferentes línguas exerceu no processo de colonialidade, com a atuação relevante de intérpretes bilíngues – como Paner, Aguilar, Malinche, entre outros – sendo este um dos fatores que garantiu aos “conquistadores” a derrocada de qualquer resistência desses povos frente ao poderio colonizador. Nesse contexto colonial, o conhecimento de diferentes línguas e o seu uso na interpretação desempenhou papel crucial nas relações estabelecidas entre os habitantes originários e os recém-chegados europeus exploradores.

Sua função primordial, no processo de colonização, foi o da aculturação dos povos nativos que, pela conversão ao cristianismo, deveriam, também, adotar, como meio de comunicação, a língua na qual os preceitos do cristianismo circulavam à época entre os catequizadores. Em decorrência, confirma-se o que Santiago (2000, p. 14) expressou: “o código linguístico e o código religioso se encontram intimamente ligados, graças à intransigência, à astúcia e à força dos brancos. Pela mesma moeda, os índios perdem sua língua e seu sistema do sagrado e recebem em troca o substituto europeu.”

Isso, segundo apontamos, fez com que qualquer registro escrito fora desse marco reconhecido das línguas transplantadas à América alcançasse reconhecimento ao longo dos séculos. Tal imposição restringiu, em grande parte, a ação da tradução na América a ficar circunscrita às diversas línguas europeias que aqui foram impostas – como línguas nacionais – pelo poder colonizador. Desse modo, as produções literárias da metrópole, por exemplo, sempre foram vistas como “modelos” para as produções locais que ficaram, assim, por muito tempo, submetidas aos preceitos valorativos das metrópoles que, também no campo da crítica literária, exerceram o poder colonizador.

Os diferentes processos históricos das nações latino-americanas – independência, constituição de Repúblicas, Impérios ou ditaduras – foi também fator cerceador da circulação de traduções entre as próprias nações da América Latina. No Brasil, seja colonial ou imperial, por exemplo, adotou-se, como via de regra, a implementação de traduções de modelos franceses ou ingleses. Tais traduções atuaram no centro do nosso nascente polissistema literário, implementando, nele, não apenas as novidades europeias que alavancaram nossa produção literária – como o surgimento do gênero romanescos – influenciado pelas traduções de folhetins franceses ou mesmo dos primeiros romances franceses<sup>21</sup> no Brasil – como, também da circulação e cultivo de hábitos, costumes, tradições, ideologias oriundas dos sistemas colonizadores que encontram no espaço literário um excelente solo para frutificar.

---

<sup>21</sup> Como exemplo dessa afirmação podemos mencionar a tradução do romance *Le Capitaine Paul* (1843), de Alexandre Dumas, traduzido para o português, no Brasil, e publicado, aqui, no mesmo ano de seu lançamento na França. Isso se deu, justamente, um ano antes do lançamento daquele que se considera o primeiro romance brasileiro: *A Moreninha* (1844), de Joaquim Manoel de Macedo,

O mercado da tradução, na atualidade, segue regido pelo capitalismo, que não se volta à importância histórico-social ou cultural de uma determinada obra para levá-la à circulação em diferentes traduções, mas obedece aos princípios do lucro, que garante à indústria da produção cultural a sua lucratividade. Destacamos, neste texto, a importância que adquirem no cenário da tradução alternativa os cursos universitários de formação de tradutores, espaço no qual projetos decoloniais de tradução podem ser efetivados sem a premissa maior da rentabilidade financeira, imperante no mercado editorial. Da mesma forma, a prática tradutória decolonial – cujos princípios aqui, em parte, definimos – requer um comprometimento ético e político por parte do(a) tradutor(a).

Da mesma forma são relevantes no processo de descolonização das mentes, das identidades e dos imaginários latino-americanos os estudos sobre as traduções, para que o público leitor, muitas vezes não familiarizado com as teorias de diferentes âmbitos – como os da tradução, da teoria literária, da decolonialidade, dos estudos culturais, etc. – seja alertado em relação ao que subjaz a um discurso em um texto traduzido. Que opções de tradução – principalmente aquelas entre a estrangeirização ou domesticação – sejam explicitadas aos leitores-alvo do texto meta, já que o emprego dessas estratégias pode implicar em movimentos diferenciados: “ou bem o tradutor conduz o leitor até o autor, ou movimenta o autor até o leitor.” (RODRIGUES, 1999, p. 126). Na prática decolonial da tradução, na qual a invisibilidade do tradutor é refutada em prol de sua inserção crítica na tarefa tradutória – pelo emprego dos recursos de expansão da textualidade primeira, por meio de notas, estudos preliminares, glossários, comentários, inserção de materialidades em anexos, etc. – a escolha vai, na maioria das vezes, privilegiar a estrangeirização, causando o estranhamento no leitor-alvo para que esse se movimente em direção ao Outro, ao distinto que lhe é apresentado na tradução. Desse modo, a tradução movimenta-se em direção à alteridade, ao “*afidamento*” e à formação de um público leitor de traduções mais empático.

Finalizamos nossa exposição com os exemplos da tradução, do espanhol ao português, da obra *Xicoténcatl* ([1826] 2020), de autor anônimo, da literatura mexicana, ao público leitor lusofalante e da obra *Colombo e Beatriz* ([1892] 2021), de Constance G. DuBois, da língua inglesa à portuguesa, por nós realizadas como exercícios de práticas tradutórias decoloniais. A leitura de qualquer uma dessas traduções colocará nosso leitor em confronto com o que consideramos uma tradução decolonial.

## REFERÊNCIAS

- ÁLVAREZ, R.; VIDAL, M. C. Translating: a political act. In: ÁLVAREZ, R.; VIDAL, M. C. Ed.). *Translation power subversion*. Philadelphia: Multilingual matters, 1996. p.1-9.
- ANÔNIMO. *Xicoténcatl: o primeiro romance histórico latino-americano*. Tradução de Gilmei Francisco Fleck. Curitiba: CRV, 2020.
- ANTUNES, K. de A. *Gabriela, Clove and Cinnamon (1988[1962]), de Jorge Amado: tradução dos marcadores culturais para o inglês – entre a revelação e o ocultamento*. 2022. 272f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Programa de pós-graduação em Estudos Linguísticos, UEFS, 2022.
- AQUINO, A. dos S. *Estudos dos marcadores culturais na tradução para o Espanhol do romance Vidas Secas, de Graciliano Ramos*. 2022. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Programa de pós-graduação em Estudos Linguísticos, UEFS, 2022.



AUBERT, F. H. Indagações acerca dos marcadores culturais na tradução. *Revista de estudos orientais*, São Paulo, n. 5, p. 23-36, 2006.

AUBERT, F. H. Modalidades de tradução: teoria e resultados. *Tradterm*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 99-128, 1998.

AUBERT, F. H. Traduzindo as Diferenças extra-linguísticas – procedimentos e condicionantes. *Tradterm*, São Paulo, v. 9, p. 151-172, 2003.

BASSNETT. S. *Estudos de tradução*. Fundamentos de uma disciplina. Tradução de Viviana de Campos Figueiredo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

BENTO, A. K. S. O. *Os marcadores culturais da gastronomia afro-baiana na tradução para o espanhol em Dona flor e seus dois maridos*. 2020. 214f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Programa de pós-graduação em Estudos Linguísticos, UEFS, 2020.

BERNDT, J. A.; DEL POZO GONZÁLEZ, L.; CERDEIRA, P. L. *Xicoténcatl* (1826) no polissistema latino-americano e a sua tradução: uma reflexão possível do entre-lugar e a desconstrução de Hernán Cortés. *Revista Entreletras* (online), Araguaína – TO, v. 12, n. 3, p. 46-67, set/dez., 2021.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. “Prólogo: Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico”. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Orgs.) *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p. 9-23.

CELLA, T. N. *Retratos literários do Paraná – do clássico ao contemporâneo: uma trajetória do romance histórico paranaense*. 2022. 301 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. UNIOESTE, Paraná, 2022.

CELLA, T. N.; SANTOS, F. L.; BERNDT, J. A. O romance histórico paranaense: perspectivas e pluralidades, primeiras impressões. *Revista EntreLetras* (Online), Araguaína, v. 11, p. 170-195, 2020.

COSTA, E. C. dos S. *Marcadores Culturais na tradução para o espanhol em Casa Grande & Senzala: a fronteira linguístico-cultural do domínio ideológico*. 2020. 140f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Programa de pós-graduação em Estudos Linguísticos, UEFS, 2020.

DEL POZO GONZÁLEZ, L. S. *Malinche no espelho das traduções de Xicoténcatl (1826): [1999-2013]*. 2017. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel. 2017.

DEL POZO GONZALEZ, L. S.; CERDEIRA P. de L.; FLECK, G. F. A primeira tradução de *Xicoténcatl* ao português brasileiro (1826-2020): traduzir para resistir. *Revista Belas Infêis*, Brasília, v. 10, p. 1-19, 2021.

DEL POZO GONZALEZ, L. S.; FLECK, G. F. Introdução: a tradução no contexto latino-americano - vias para a descolonização - diálogos entre culturas e épocas. In: ANÔNIMO.

*Xicoténcatl*: o primeiro romance histórico latino-americano. Tradutor Gilmei Francisco Fleck. Curitiba: CRV, 2020. p. 15- 30.

DEL POZO GONZALEZ, L. S.; KLOCK, A.; BERNDT, J. A.; FLECK, G. F. Um breve percurso pelo romance histórico por meio da leitura de *Ivanboé*, *Xicoténcatl*, *Mercedes of castile* e *Crónica del descubrimiento*. *REVELL - Revista de Estudos Literários da UEMS*, Mato Grosso do Sul, v. 2, p. 418-443, 2021.

DORADO MENDEZ, H. E. *Nuestro Bolívar*: da heroificação à humanização da sua figura na ficção. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

DORADO MENDEZ, H. E.; FLECK, G. F. Projetos decoloniais na América Latina: o romance histórico latino-americano e a dupla descolonização epistemológica. *Nova Revista Amazônica*, Bragança, v. 10, n. 1, junho-2022.

DUBOIS, C. G. *Colombo e Beatriz*. Tradução de Gilmei Francisco Fleck: Curitiba: CRV, 2021.

DUSSEL, E. *El encubrimiento del otro*. Buenos Aires: Docencia, 1942.

EVEN-ZOHAR, I. Polysystem studies. *Poetics Today*, Durham, v. 11, n. 1, 1990. Disponível em: [https://www.tau.ac.il/~itamarez/works/books/Even-Zohar\\_1990--Polysystem%20studies.pdf](https://www.tau.ac.il/~itamarez/works/books/Even-Zohar_1990--Polysystem%20studies.pdf). Acesso em: 05 jul. 2020.

FANT, C. C. S. *Passos à formação do leitor literário na escola*: proposições para experiências de leitura literária para o 2º ano do Ensino Fundamental I. 2021. (200f.) Dissertação (Mestrado Profissional em Letras - Profletras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE/Cascavel, 2021.

FERNANDES DE SOUZA, M. C.; SCOPEL DA SILVA, R. M. O “descobrimento” do Brasil retratado pelo viés da literatura infantil e infantojuvenil: Luana, a menina que viu o Brasil neném (2000) e Tandy e Jã – Jã e os dois mundos na época do descobrimento (2003). *Revista Fermentum*, Venezuela, v. 31, n. 91, mayo-agosto, 2021.

FERNÁNDEZ DE LIZARDI, J. J. *El Periquillo Sarniento*. Edição de Carmen Ruiz Barrionuevo. 2.ed. Madrid: Cátedra, 2008.

FLECK, G. F. *O romance histórico contemporâneo de mediação*: entre a tradição e o desconstrucionismo – releituras críticas da história pela ficção. Curitiba: CRV, 2017.

FLECK, G. F. Ensino de literatura e a formação do leitor literário na escola: dos primeiros passos à vida. Feira de Santana: In: *Revista a Cor das Letras*, Feira de Santana, v. 20, n. 2, p. 85-103, outubro-dezembro 2019.

FLECK, G. F.; ZAMBRANO CONTRERAS, L. J.; LOPEZ, C. J. Lírica contemporânea paraguaya: Susy Delgado y la poesía del desarraigo - caminhos à descolonização. *Revista Rascunhos Culturais*, Mato Grosso do Sul, v. 10, n. 20, p. 28-50, jul./dez., 2019.

GREENBLATT, S. *Marvelous possessions*: the wonder of the new world. University Of Chicago Press: Chicago, 1991.

- KLOCK, A. M. *O romance histórico no contexto da nova narrativa latino-americana (1940): dos experimentalismos do boom à mediação do pós-boom – histórias da outra margem*. 2021. 324 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2021.
- LAS CASAS, F. B. de. *Apologética historia sumaria*. [S. l.]: Fundación El Libro Total, 1566. Disponível em: <https://www.llibrototal.com/ltotal/?t=1&d=4072>. Acesso em: 23 jan. 2023.
- MACEDO, J. M. de. *A moreninha*. 13.ed. São Paulo: Ática, 1983.
- MARTINS, M. A. P. O papel da tradução como força modeladora dos sistemas literários. In: WEINHARDT, M.; CARDOSO, M. M. (Orgs.). *Centro, centros: literatura e literatura comparada em discussão*. Curitiba: Ed. UFPR, 2011. p. 111-125.
- MATHEUS, A. M. E. *Figurações de uma heroína invisível: ressignificações de Beatriz Enríquez de Harana pela literatura*. 2021. 220 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2021.
- MIGNOLO, W. *La idea de América Latina: La herida colonial y la opción decolonial*. Tradução de Sílvia Jawerbaum e Julieta Barba. Barcelona: Editorial Gedisa, 2007.
- MIGNOLO, W. “Uma outra língua” – Mapas da linguística, geografias literárias, paisagens culturais. In: MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 297-339.
- MIGNOLO, W. Colonialidade – o lado mais escuro da modernidade. Tradução de Marco Oliveira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 32, n. 94, p. 1-18, junho/2017b.
- MIGNOLO, W. Desafios decoloniais hoje. Tradução de Marcos de Jesus Oliveira. *Epistemologias do Sul*, Foz do Iguaçu, PR, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017a.
- NASCIMENTO, G. S. do. *O sertão traduzido: estudo dos marcadores culturais do domínio ecológico, na tradução de Os Sertões para a língua espanhola*. 2018. 263f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Programa de pós-graduação em Estudos Linguísticos, UEFS, 2021.
- PAGANO, A. S. América Latina, tradução e pós-colonialismo. *ALFA- Revista de Linguística*, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 157-167, 2000.
- PALERMO, Z. ¿Por qué vincular la Literatura Comparada con la Interculturalidad? In: CROLLA, Adriana Cristina (Org.). *Linde actuales de la literatura comparada*. Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral, 2011. p. 126-134.
- PAZ, O. *Convergencias*. Barcelona: Seix Barral, 1991.
- PEDRO, F. S. C.; SANTOS, V. P. Narrativa híbrida de história e ficção na literatura infantojuvenil: a colonização do Brasil enunciada pelos “meninos-língua” do século XVI. *Revista Fermentum*. V. 31, N. 91, p. 399-415. Maio/agosto. 2021
- ROA BASTOS, A. *Vigilia del Almirante*. Asunción: RP Ediciones, 1992.

RODRIGUES, S. V. Os limiares da crítica da tradução na pós-modernidade. In: CARVALHAL, T. F. (Org.). *Culturas, contextos e discursos: limiares críticos do comparatismo*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999. p. 122-137.

SALES SALVADOR, D. Traducción, género y poscolonialismo: compromiso traductológico como mediación y *afidamento* femenino. *Quaderns. Revista de traducción*, España, n. 13, 2006. p. 21-30. Disponível em: <https://www.raco.cat/index.php/QuadernsTraduccion/article/view/51658>. Acesso em: 12 fev. 2023.

SANTANA, J. M. A. *O castelo desmoralizado: estudo lexicográfico dos marcadores culturais em Suor de Jorge Amado*. 2020. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Programa de pós-graduação em Estudos Linguísticos, UEFS, 2021.

SANTIAGO, S. *Uma literatura nos trópicos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SANTOS, A. de F. *Os marcadores culturais do domínio ideológico na tradução de Macunaíma para o espanhol e o protótipo do Glossário Bilingue*. 2021. 191f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Programa de pós-graduação em Estudos Linguísticos, UEFS, 2021.

SILVA, D. de C. F. da C. *Marcadores culturais na tradução de Gabriela, cravo e canela para a língua espanhola*. 2021. 263f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Programa de pós-graduação em Estudos Linguísticos, UEFS, 2021.

SOARES, L. S. *Los marcadores culturales fraseológicos en la traducción portugués-español en la novela Capitães da areia*. 2021. 141f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Programa de pós-graduação em Estudos Linguísticos, UEFS, 2021.

SOUZA, M. C. F. de. *Leituras de narrativas no Ensino Fundamental anos iniciais: passos à formação do leitor literário*. 172 f. Dissertação (Letras - Mestrado Profissional) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2019.

SPIVAK, G. C. (1). ¿Puede hablar la subalterna? *Asparkia*. Investigación Feminista, España, n. 13, p. 207-214, 2002. Disponível em: <https://www.e-revistas.uji.es/index.php/asparkia/article/view/871>. Acesso em: 8 fev. 2023.

UBER, Beatrice. *As Órfãs da Rainha – The Jamestown Brides – Les Filles du Roi: ressignificações literárias dos projetos de inserção da mulher branca na América*. 408 f. Tese. (Doutorado em Letras). Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/Cascavel-PR, 2022.

VARELA, C. *Cristóbal Colón: textos y documentos completos*. Ed. Consuelo Varela e Juan Gil. 3. ed. Madrid: Alianza, 1997.

VENUTI, L. *Rethinking translation: discourse, subjectivity, ideology*. Londres, Nova York: Routledge, 1992.

VENUTI, L. *The Translator's Invisibility: A history of translation*. London/NY: Routledge, 1995.

ZUCKI, R. *Letramento literário: práticas de leitura do texto literário nos anos iniciais do ensino fundamental*. 159 f Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2015.